

# **TAGUSPARK, S.A.**

Relatório de Gestão e Contas

**2015**





## ÍNDICE

<b>PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS</b>	<b>3</b>
<b>ESTRUTURA ACCIONISTA</b>	<b>4</b>
<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>5</b>
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DO DONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO</b>	
<b>ADMINISTRADOR DELEGADO</b>	<b>6</b>
<b>I - ACTIVIDADE COMERCIAL</b>	<b>8</b>
<b>II - EMPREENDEDORISMO E INCUBAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>III - ÁREA DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO</b>	<b>12</b>
<b>IV - ÁREA DE OPERAÇÕES</b>	<b>15</b>
<b>V – OUTRAS ACTIVIDADES DE SUPORTE</b>	<b>17</b>
<b>VI - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>20</b>
<b>VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>23</b>
<b>VIII – NOTAS FINAIS</b>	<b>24</b>
<b>ANEXO – CONTAS AUDITADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>25</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the letters 'FS'.



## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Resultados	2015	2014	Diferença (2015/2014)	2013	2012
Proveitos Operacionais	7.030.596 €	7.611.722 €	-8%	6.405.217 €	7.711.668 €
Custos Operacionais	4.287.563 €	4.457.939 €	-4%	5.157.589 €	5.503.997 €
EBITDA	2.743.033 €	3.153.783 €	-13%	1.247.628 €	2.207.671 €
Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)	575.517 €	990.647 €	-42%	-888.182 €	-300.369 €
Resultado Antes de Impostos	508.530 €	688.824 €	-26%	-882.189 €	-151.659 €
Imposto sobre o Rendimento	-405.700 €	253.264 €		335.327 €	110.429 €
Resultado Líquido	102.830 €	942.088 €	-89%	-546.862 €	-41.230 €

Situação Financeira	2015	2014	Diferença (2015/2014)	2013	2012
Activo	67.278.223 €	72.261.150 €	-7%	76.109.615 €	70.822.177 €
Passivo	10.943.853 €	15.738.967 €	-30%	20.191.805 €	13.775.297 €
Capital Próprio	56.334.370 €	56.522.183 €	0%	55.917.810 €	57.046.880 €

FS  
a mlt  
AR



## ESTRUTURA ACCIONISTA

Accionistas	Número de Acções*	% do Capital
Câmara Municipal de Oeiras – CMO	833.593	19,16%
Instituto Superior Técnico – IST	550.000	12,64%
Banco BPI	436.407	10,03%
Banco Comercial Português – BCP	435.000	10,00%
Caixa Geral de Depósitos – CGD	435.000	10,00%
Portugal Telecom – PT	410.300	9,43%
Energias de Portugal – EDP	220.000	5,06%
Sociedade Interbancária de Serviços – SIBS	213.000	4,90%
Universidade de Lisboa – UL	183.000	4,21%
Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT	150.000	3,45%
Agência para a Competitividade e Inovação – IAPMEI	150.000	3,45%
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores – INESC	137.000	3,15%
CTT	79.700	1,83%
Fundação Luso Americana – FLAD	43.500	1,00%
IBEROPARK	43.500	1,00%
Instituto da Soldadura e Qualidade – ISQ	30.000	0,69%
<b>Nº Total de Acções</b>	<b>4.350.000</b>	<b>100,00%</b>

\*Valor Nominal: 5€/Acção

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be "M. M. L." and several smaller initials like "SS", "JR", and "AF".



## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. Paulo Vistas
Vice-Presidente	Dra. Rita Almeida
Secretário	Dra. Ana Maduro <sup>1</sup>

### Conselho de Administração

Presidente	Prof. João Luís Correia Duque
------------	-------------------------------

### Administrador Delegado

Vogal	Prof. António Carmona Rodrigues
-------	---------------------------------

### Administradores não Executivos

Vogal	Eng.º Alexandre Teixeira da Fonseca
Vogal	Prof. Eduardo Baptista Correia
Vogal	Prof. Fernando Mira da Silva
Vogal	Dr. Nuno Manalvo dos Santos

### Conselho Fiscal

Presidente	Eng.º Artur Luna Pais
Vogal	Dr. Renato Pereira
SROC	Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
SROC Suplente	Dr. Amável Alberto Freixo Calhau – Revisor Oficial de Contas

### Comissão de Remunerações

Eng.º Joaquim da Costa Guedelha  
Dra. Maria Emília Xavier  
Prof.ª Maria Isabel Ribeiro

### Conselho Científico e Tecnológico

Presidente	Prof. Luís Manuel dos Anjos Ferreira
	Dra. Ana Maria Garcia Rodrigues
	Prof. António Carmona Rodrigues
	Dr. António Cabrita Carneiro
	Prof. Cláudio Soares
	Prof. Joaquim Sampaio Cabral
	Prof. José Manuel Salvador Tribolet
	Prof. José Pereira Leal
	Prof.ª Teresa Vazão Vasques

<sup>1</sup> Solicitou renúncia ao cargo em 27 de fevereiro de 2015

fs  
h m t  
rc



## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ADMINISTRADOR DELEGADO

Senhores Acionistas,

O exercício de 2015 foi marcado de modo significativo pela exposição da atividade da Taguspark, S.A. à conjuntura do mercado imobiliário, em especial à do mercado de arrendamento de escritórios.

Como consequência da crise económico-financeira dos últimos anos, o mercado de arrendamento de escritórios em Lisboa continuou a apresentar um volume de transações modesto, ainda que se tivessem começado a sentir alguns sinais de animação do sector.

Apesar de alguma recuperação na procura de espaços, as empresas continuaram a realizar processos de reestruturação e otimização dos seus custos operacionais com a consequente incidência na redução de espaços e/ou procura de espaços alternativos de menor custo.

Durante o exercício de 2015, o Conselho de Administração da Taguspark, S.A. pautou a sua atuação e execução do orçamento aprovado zelando pelo rigor na aplicação dos recursos da Empresa, pela tentativa de fidelização dos seus clientes e pela proteção dos Investimentos previstos de Requalificação Urbana.

Prosseguiu em 2015 a promoção e o crescimento das atividades de incubação e apoio ao empreendedorismo nas áreas das TIC e da Biotecnologia, consolidando uma atividade essencial ao desenvolvimento dum Parque de Ciência e Tecnologia, instrumental para o reforço da interação entre as Empresas, as Universidades e Centros de Investigação e um contributo importante para a regeneração do nosso tecido empresarial. Este esforço veio a produzir resultados positivos face a uma clara expansão da Incubadora que ao longo do ano conheceu uma significativa procura, estando no final do ano a sua capacidade praticamente esgotada. Mais importante ainda, deve-se salientar o prestígio internacional alcançado por algumas das empresas incubadas no Taguspark.

Foi ainda digna de nota a doação da Residência Universitária ao Instituto Superior Técnico, ao abrigo da Lei do Mecenato. Esta residência constitui uma mais-valia para as condições de atratividade do Instituto Superior Técnico e do próprio Taguspark.

A Taguspark S.A. encerrou as contas referentes ao exercício de 2015 com um resultado líquido positivo de 102.830€.

Continuou a registar-se uma evolução favorável dos custos operacionais pela aplicação de políticas seletivas de contenção e rigor de contratação, mas insuficiente para anular totalmente os efeitos da quebra de atividade comercial, não tanto em número de empresas mas mais em termos de valores contratados.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'J' at the top, and 'unif' and 'JR' below, with a small '6' at the bottom right.]*



A passagem da Sociedade para o universo das empresas públicas cria um enquadramento muito desfavorável à operação corrente, dadas as características da atividade comercial da Sociedade.

Sendo o Taguspark o maior Parque de Ciência e Tecnologia do País, espera-se e deseja-se que se torne, cada vez mais, num polo de atração de Instituições de Ensino e Investigação e de Empresas de base tecnológica globalmente competitivas. Para tal contamos com a Vossa ajuda empenhada e agradecemos o apoio que nos têm dado.

Prof. João Duque

Presidente do Conselho de Administração

Prof. António Carmona Rodrigues

Administrador Delegado



## I - ACTIVIDADE COMERCIAL

### BREVE SÍNTESE DO MERCADO

Em 2015, após uma já ligeira recuperação no ano anterior, manteve-se o ritmo de crescimento no mercado de arrendamento de escritórios da Grande Lisboa. Foram ocupados 144.500m<sup>2</sup> de escritórios, o que se traduziu num crescimento de 14% face a 2014.

A zona mais dinâmica, à semelhança do ano anterior, foi o *Central Business District* (CBD – Zona 2 - Eixo da Av. da República, Av. Duque de Loulé e zona das Amoreiras). A estratégia imobiliária das empresas continua a privilegiar a localização em instalações de qualidade superior e melhor localizadas (centralidade, serviços na envolvente e transportes públicos).

O Corredor Oeste (zona 6) onde se insere o Taguspark, e o Parque das Nações foram as zonas imediatamente a seguir com maior dinamismo. No entanto, e ao contrário do Parque das Nações que apresenta a taxa de disponibilidade mais reduzida da área de Lisboa, o Corredor Oeste mantém a taxa de disponibilidade mais elevada com 23,12%.

Os valores de mercado das rendas mantiveram-se estáveis comparativamente ao final do ano transacto. Na zona 6 tanto a renda prime como a renda média registaram esta tendência de manutenção: a renda prime situa-se nos 11€/m<sup>2</sup>/mês e a renda média nos 9,4€/m<sup>2</sup>/mês.

Tendo em conta que a disponibilidade de *stock* no Corredor Oeste ainda é elevada, nesta zona o equilíbrio negocial entre proprietários e inquilinos ainda não se faz sentir, contrariamente ao que já acontece em outras áreas da Grande Lisboa.

### ARRENDAMENTO COMERCIAL E PROMOÇÃO DO PARQUE

A procura, à semelhança da tendência dos anos anteriores, centrou-se em espaços de pequena/média dimensão, por parte de empresas que deram preferência a uma deslocalização para o Parque em consonância com estratégia de crescimento na escala de valor, tirando partido da proximidade dos *clusters* já existentes, mas também por parte de novas empresas criadas.

A procura de espaços de grande dimensão (acima de 700/800m<sup>2</sup>) manteve-se reduzida e ocorreu fundamentalmente por empresas em fim de contrato de arrendamento e cuja preferência foi dada, na maioria dos casos, à cidade de Lisboa (critério centralidade) ou a edifícios com construção mais moderna (critério qualidade).

A fidelização de clientes continuou a ser um dos vectores fundamentais do esforço comercial desenvolvido no ano de 2015, dando resposta adequada e eficaz a situações de renovação contratual e/ou mudança de espaços. Procurou-se o equilíbrio, sempre difícil, no binómio permanência do cliente e retorno económico dos contratos, sendo que na maioria das situações garantimos a permanência do cliente.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a circular stamp in the middle, and initials 'FS' and 'BR' at the bottom. A small number '8' is written at the bottom right.

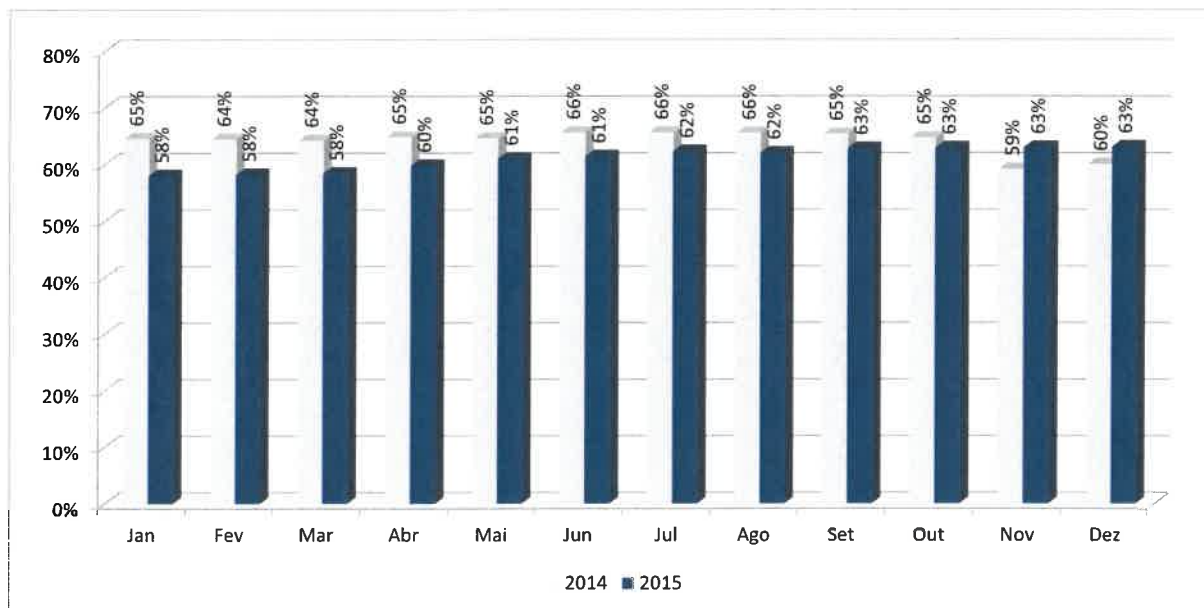




Durante o ano de 2015 entraram **17 novas empresas** no Taguspark (mais 2.000m<sup>2</sup> de ocupação), garantindo-se uma base de 109 clientes – o número mais elevado de entradas nos últimos 4 anos. No que se refere à oferta de serviços, e incluídas nestas entradas, destacam-se as seguintes chegadas ao Parque, que contribuíram para o enriquecimento da oferta disponível: PIN – Progresso Infantil, clínica médica pediátrica direccionada para questões do desenvolvimento; Hertz, estação de aluguer de viaturas.

Face a uma concorrência agressiva e a uma tendência da procura para zonas mais centrais da área de Lisboa, acompanhámos com sucesso as necessidades de aumento de área de alguns dos atuais clientes, nomeadamente, Livingbrands, CPA Master, Restaurante Pó de Arroz, Conforto em Casa, Hidrosoph e Viragem, num total de 1.640m<sup>2</sup>.

A taxa de ocupação média do Parque foi em 2015 de 61% - em 2014 foi de 64%.

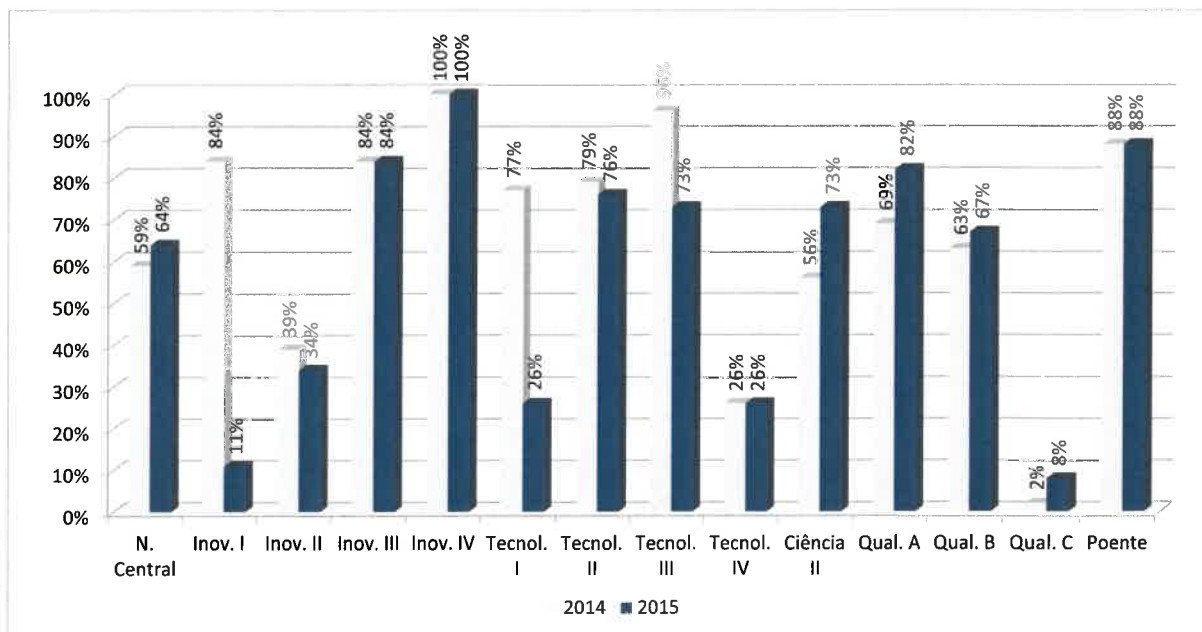


Apesar da considerável área ocupada com novas entradas em 2015 e também do aumento de área de actuais clientes, a média de ocupação face a 2014 reduziu ligeiramente dadas as saídas no final do ano passado, impossíveis de evitar pela Taguspark devido a motivos exógenos: Universidade Aberta (Inovação I, 3.193m<sup>2</sup>), T-Systems (Inovação I, 437m<sup>2</sup>), Sojormédia-Jornal i (Tecnologia I, 950m<sup>2</sup>) e Ative (Tecnologia III, 474m<sup>2</sup>). Regista-se, no entanto, que o ano de 2015 foi um ano de acentuada recuperação pelo número considerável de novas empresas, e consequente área ocupada, o que se traduz na melhoria da ocupação nos meses de Novembro e Dezembro comparativamente com o ano de 2014.

FS  
hmi  
AR  
9



Por edifício, e em termos médios, registaram-se as seguintes taxas de ocupação:



Com o objectivo de incrementar a captação de empresas, fundamentalmente a ocupação de áreas de grande dimensão (grandes empresas), e de reforço da imagem da marca foram estabelecidos contactos com as maiores mediadoras imobiliárias que operam no mercado nacional. Foram apresentadas a cada uma destas, e mantidos contactos estreitos desde então, a realidade actual do Parque e as suas disponibilidades, bem como o potencial para desenvolvimento de projectos futuros (lotes de terreno). Esta actividade foi iniciada durante o 2.º semestre de 2015.

Para o enriquecimento dos instrumentos de fidelização de clientes e de atractividade/dinamismo do Parque destacam-se as seguintes acções realizadas/mantidas:

- Atribuição gratuita de 8 horas de utilização anual de salas de reunião no Centro de Congressos para os clientes instalados no Núcleo Central – elevado grau de aceitação/aderência por parte dos clientes;
- Promoção de sessões informativas/esclarecimentos efectuadas pela empresa Alavan (instalada no Parque), dirigidas a todas as empresas do Parque e exterior sobre temáticas de interesse nas áreas de gestão financeira e fiscal das empresas – com a Alavan foi ainda celebrado um protocolo de parceria que consiste no acesso com condições especiais/preferenciais para as empresas do Parque e sua Incubadora aos serviços prestados por esta empresa (serviços de contabilidade, consultoria de gestão e financeira);
- Convite às empresas “residentes” e participação conjunta com o Taguspark de algumas destas no “Festival In 2015”, realizado em Abril na Feira Internacional de Lisboa – evento agregador de inovação e criatividade sobre temas concretos como Redes Empresariais, Inovação, Cidades Criativas, Negócio e Cultura, Criatividade e Desenvolvimento;
- Parceria estabelecida com a Sonae MC com a implementação de ponto de recolha no Taguspark para compras efectuadas no *website* “Continente on-line” – dias úteis das 17h às 20h.



## II - EMPREENDEDORISMO E INCUBAÇÃO

A Incubadora Taguspark continuou, durante 2015, a dar apoio a novas empresas tecnológicas nas áreas Tecnologias de Informação, Eficiência Energética e Ciências da Vida, continuando a prática de referência ao nível nacional e internacional por forma a atrair os novos projectos de base tecnológica mais promissores do ecossistema português para a Incubadora. No final de 2015 estavam instalados 24 projectos nas várias fases de incubação.

No decurso do ano de 2015 não foi feita nenhuma *Call* ao Empreendedorismo por se considerar que estando a Incubadora Taguspark perto da sua capacidade máxima e continuando a receber candidaturas espontâneas não havia necessidade de ter uma acção de reforço para obter mais *start-ups*.

Importa notar que durante o ano de 2015 foi realizado trabalho que visou o crescimento suportado na contratação de novos recursos humanos pelas *start-ups*, vital para o seu sucesso. Assim nasceu o *Switch*, evento ao qual a Incubadora Taguspark aderiu de forma a criar um efeito de *networking* capaz de atrair jovens com formação superior para as *start-ups*.

### INTEGRAÇÃO EM REDE

Tal como em 2014, e com o objectivo de divulgar as actividades da Incubadora e aumentar a notoriedade do Taguspark como localização ideal para a criação de novos negócios de base tecnológica, a Incubadora Taguspark participou em eventos e iniciativas de empreendedorismo quer ao nível nacional quer internacional.

Dentro dos eventos de empreendedorismo nacional dá-se destaque ao “*Elevator Pitch*” promovido pela Representação da Comissão Europeia em Portugal onde a Incubadora Taguspark foi parceira e ao programa “*Startup Health*” da Universidade de Lisboa onde a participação foi como júri da final.

Em termos internacionais a Incubadora Taguspark acompanhou a Bimk, a pedido desta, a uma feira em Lyon e esteve presente na *WebSummit* em Dublin por convite da própria *WebSummit*.

Por último e de substancial importância para o bom funcionamento de uma Incubadora Tecnológica inserida num ecossistema de empreendedorismo competitivo importa referir os investimentos de 23 milhões de euros recebidos durante 2015 pelas empresas residentes, dos quais se destacam o investimento na Talkdesk e o *crowdsourcing* conseguido pela Agroop na plataforma Seedrs.



### III - ÁREA DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO

#### ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A implementação em 2015 da estratégia de desenvolvimento urbano “ Cidade do Conhecimento, Inovação e Criatividade” teve um novo impulso através da oportunidade criada pela proposta de colaboração apresentada por Sam Pitroda, empresário de Chicago ligado às novas tecnologias e ex-conselheiro do Presidente da Índia, na definição dos factores de inovação a introduzir no modelo de desenvolvimento urbano, para a captação de clientes internacionais interessados em instalar empresas no Sul da Europa, e de investidores dos EUA e países asiáticos interessados em participar no financiamento, adoptando-se a como designação internacional Knowledge City@Oeiras.

Na perspectiva deste parceiro internacional, a estratégia de desenvolvimento urbano da Taguspark, constitui a matriz adequada para a promoção da Knowledge City@Oeiras, promovendo uma oferta integrada de vida, proporcionando espaços de trabalho adaptados às necessidades atuais das empresas e instituições I&D, alojamento de qualidade para as estadias de média e longa duração de investigadores ou colaboradores das empresas e um estilo de vida saudável, estudando soluções para assegurar deslocações casa-trabalho de curta duração, possibilitando a opção pela de deslocação a pé ou de bicicleta, e valorizando a possibilidade de usufruir da rede de equipamentos existente no Taguspark e na envolvente próxima (golfe, equitação, ténis, health club, colégio) e a introdução de novas tecnologias para uma gestão eficiente de infra-estruturas, serviços urbanos e edifícios.

No decurso da elaboração de cenários para o desenvolvimento futuro dos cerca de 31ha de terrenos da 2.ª Fase do Taguspark, surgiu uma manifestação preliminar de interesse para instalação de uma Aga Khan Academy, requerendo uma área com um mínimo de 24 ha, com um programa do tipo campus universitário, perspectivando-se a necessidade de uma área bruta de construção de cerca de 40.000m<sup>2</sup>.

Para suporte das negociações preliminares com a Aga Khan Development Network, desenvolveu-se um estudo de definição do lote a constituir para o programa preliminar indicado para a Aga Khan Academy, e o correspondente reajustamento da implantação do troço da via estruturante prevista no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia, que estabelece a ligação do Cabanas Golfe à rotunda Sul do Taguspark.

Para definir as bases para uma negociação iniciou-se a elaboração de um estudo urbanístico que permita aferir a viabilidade da transferência da área de construção não utilizável no programa da Aga Khan Academy no terreno do campus, noutros Lotes/terrenos da Taguspark, ainda disponíveis.

#### ESTUDO URBANÍSTICO DESENVOLVIMENTO DO POLO MULTIFUNCIONAL NORTE

Na sequência de manifestações de interesse apresentadas por empresas especializadas em comércio e serviços em instalar-se na zona Norte do Taguspark, elaborou-se o Estudo Urbanístico para a criação de um polo multifuncional na zona dos Lotes 1, 2 e 3 junto à área residencial de S. Marcos, integrando usos complementares que reforçam a diversidade de oferta em restauração, comércio e serviços.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*  
F1  
unif  
12



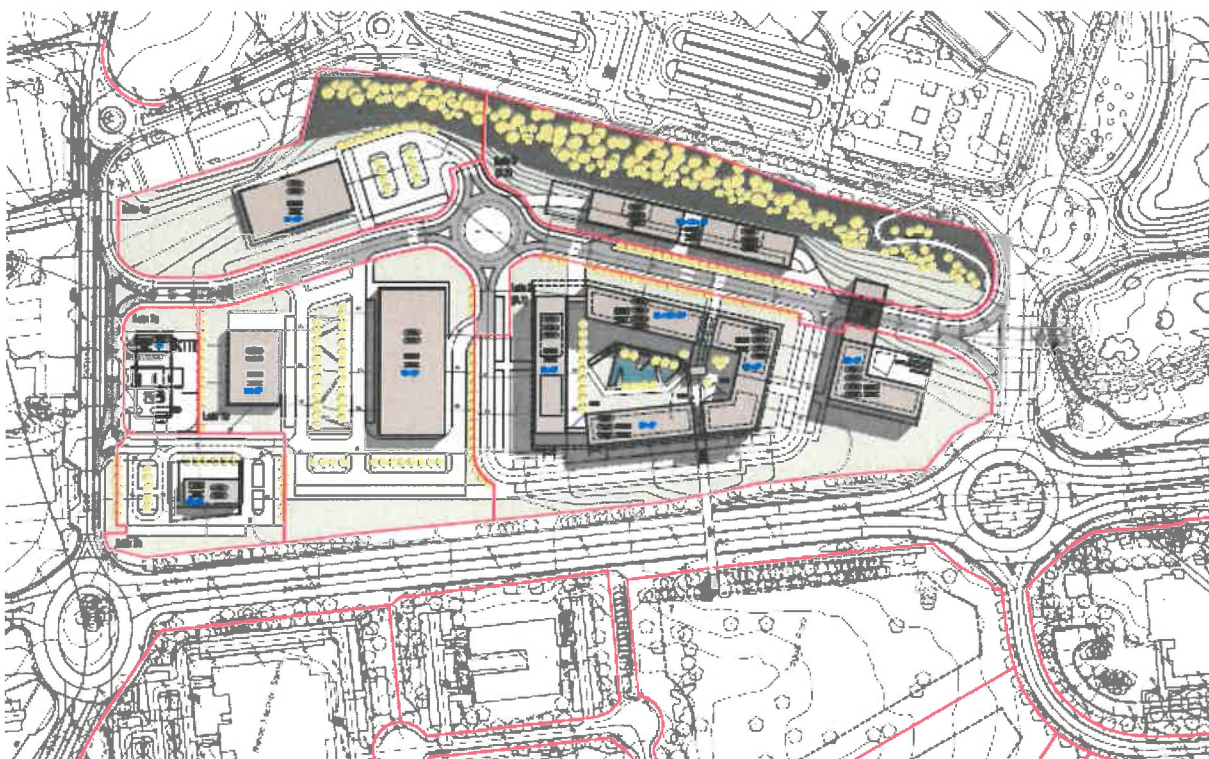


Neste contexto procedeu-se ao estudo de redefinição da solução urbanística para a criação do Polo Multifuncional Norte, integrando as oportunidades de desenvolvimento resultantes das manifestações de interesse transmitidas à Taguspark:

- a) Instalação de um Posto de Abastecimento de Combustíveis em lote a constituir para permuta por terreno localizado junto à EN 249-3, inserido na área para o desenvolvimento da 2.ª Fase do Taguspark;
- b) Instalação de um restaurante “stand alone” de um franchising da Burger King, para o qual foi realizado contrato-promessa para arrendamento do terreno, permanecendo em aberto a opção pela venda do direito de superfície;
- c) Instalação de uma média superfície comercial alimentar e de uma unidade comercial objecto de manifestação de interesse de compra de um Lote a constituir com dimensionamento adequado para instalar um supermercado de uma cadeia internacional com cerca de 3.000m<sup>2</sup> de área de loja e uma superfície comercial com actividade complementar, com cerca de 1.000m<sup>2</sup>.

A potencial venda de um lote de terreno destinado à instalação de duas superfícies comerciais, constitui o enquadramento financeiro determinante para a realização do investimento em infra-estruturas necessário à implementação da operação urbanística para a área do conjunto dos atuais lotes 1, 2 e 3, que totaliza 91.117m<sup>2</sup>.

A área bruta de construção total prevista para o Polo Multifuncional Norte é de 29.904m<sup>2</sup>, sendo 7.853m<sup>2</sup> destinados a usos complementares de comércio e serviços, permanecendo 22.051m<sup>2</sup> destinados a empresas e instituições de investigação e ensino.



A reformulação urbanística implicou a redefinição das soluções para a acessibilidade e distribuição de tráfego da construção de uma via de distribuição interna e das inserções na Estrada de S. Marcos e no



troço da Av. Cavaco Silva a Sul, e o estudo de novos traçados para as ligações às redes públicas de águas, esgotos, electricidade, gás e telecomunicações, existentes na periferia do terreno.

O financiamento do investimento nas infra-estruturas a construir ficará assegurado através de parte da receita esperada com a venda do Lote destinado à superfície comercial alimentar, ficando executada a infra-estrutura principal necessária para o desenvolvimento futuro da área remanescente, que corresponde a cerca de 86% da edificabilidade atribuída a esta zona, que permanecerá na posse da Taguspark.

#### **ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DE UM CLUBE DE PADEL NO LOTE V1**

Na sequência de contactos preliminares promovidos pela área comercial com entidade interessada na construção e exploração de um Clube de Padel com seis campos cobertos, realizou-se o estudo de implantação deste equipamento na zona do Lote V1 localizada a tardoz dos edifícios Ciência 1 e Ciência 2, na perspectiva de reforço da oferta de actividades de lazer e desporto próximo da zona central do Taguspark, sendo o investimento na construção dos campos, cobertura e instalações de apoio, a realizar pela entidade responsável pela exploração do clube.

#### **RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES**

Promoveram-se as diligências conducentes à emissão da autorização de utilização emitida pela CMO em 6 de Março de 2015;

A escritura de transferência da Residência de Estudantes para o Instituto Superior Técnico, ao abrigo da Lei do Mecenato, realizou-se em 22 de Setembro de 2015.

#### **PROJETO ALARGAMENTO PARA DUAS VIAS DAS ENTRADAS NAS ROTUNDAS NORTE E SUL DA EN 249-3 E CRIAÇÃO DE RECORTES PARA PARAGENS DE AUTOCARROS**

O projecto para o alargamento para duas vias das entradas nas rotundas Norte e Sul do Taguspark e criação de recortes para as paragens de autocarros, para assegurar uma melhor fluidez de tráfego a partir da Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, elaborado por uma empresa especializada (GERA, Engenharia Rodoviária e Aeroportuária), obteve parecer favorável dos serviços da Câmara Municipal de Oeiras.

A Câmara Municipal solicitou em 2015 o parecer à IP (Infra-estruturas de Portugal), por se tratar de alterações a realizar em duas rotundas da Estrada Nacional 249-3. Na sequência de esclarecimentos solicitados pela IP à CMO, aguarda-se o parecer solicitado para enquadramento da elaboração da fase de Projecto de Execução e subsequente realização do concurso para a adjudicação da empreitada. Face ao atraso na comunicação do parecer, a verba orçamentada em 2015 transitou para 2016.




## IV - ÁREA DE OPERAÇÕES

A orientação que presidiu às actividades desenvolvidas pela Direcção de Operações em 2015 foi no sentido de manter as condições de utilização dos espaços e das infra-estruturas. Deu-se especial atenção à renovação e adequação dos espaços às necessidades dos atuais e novos clientes.

### CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS

Para além das intervenções de requalificação acima referidas, concluíram-se os trabalhos de correcção de rebocos e respectivas pinturas nas fachadas nos blocos dos edifícios Qualidade A e B e procedeu-se à substituição das todas as pedras de fachada do edifício Ciência II.

Conclui-se a renovação de seis corredores e respectivos WCs do edifício Núcleo Central e no final do ano iniciaram-se obras de manutenção e reparação das clarabóias do átrio central bem como de pintura das paredes exteriores na zona da Expansão do Núcleo Central

### INSTALAÇÕES ESPECIAIS E OPERAÇÕES

As actividades desenvolvidas no ano de 2015 centraram-se na gestão da manutenção das instalações dos diversos edifícios, continuando a dar especial importância ao controlo de custos através de alteração de processos e ajustamento do binómio manutenção preventiva/correctiva à experiência adquirida na condução dos diversos sistemas.

Foi dada atenção especial à melhoria dos processos e práticas de contratação, tendo-se mantido algumas poupanças, em particular na contratação de serviços continuados.

### MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES TÉCNICAS

Em linhas gerais e de acordo com o previsto, as actividades de manutenção foram sendo reajustadas ao longo do ano através da monitorização criteriosa das intervenções preventivas *versus* correctivas, tendo-se obtido uma optimização de processos e de custos associados.

A opção de contenção das substituições de equipamentos em fim de vida útil, efectuando trabalhos correctivos de beneficiação sobre os mesmos, tem sido continuada. Dada a degradação/desactualização de alguns equipamentos procedeu-se à substituição das centrais de detecção de monóxido de carbono dos edifícios Qualidade e efectuou-se o “retrofit” de um dos *Chillers* na CTU. Procedeu-se ainda a fase 1 do *upgrade* do sistema de gestão técnica da globalidade dos edifícios. Este *upgrade*, devido aos custos envolvidos, foi programado para ser efetuado em 3 fases distintas.



### **Eficiência energética**

A actuação na área energética insere-se na gestão integrada de todos os processos, desde a compra de energia, a produção através da cogeração que representa cerca de 57% da energia consumida, o estudo dos perfis de consumos e a gestão técnica dos edifícios.

No ano de 2015 prosseguiram os estudos de caracterização dos consumos de energia eléctrica, o que tem permitido um maior conhecimento dos perfis de consumo de cada “consumidor” e, face a esses perfis, propor/implementar medidas de racionalização e poupança de energia.

### **Outros Projectos**

Concluiu-se o projecto de renovação do sistema de visualização, gravação e gestão das imagens de CCTV, centralizadas na sala de segurança do Núcleo Central.

FS  
mit.  
12





## V – OUTRAS ACTIVIDADES DE SUPORTE

### PROJECCÃO DA IMAGEM PARA O EXTERIOR

Tendo em vista a comunicação contínua com os públicos do Parque, o Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) organizou, participou e divulgou diversas iniciativas, tentando sempre que possível promover o envolvimento das empresas do Parque. Algumas destas acções consubstanciaram-se na organização e participação activa em eventos ligados à inovação e empreendedorismo, como sejam, *o Festival IN - Inovação e Criatividade 2015* e *o Switch – Networking Unplugged*. Também a participação e apoio na divulgação de iniciativas ligadas ao mundo empresarial, em parceria com outras entidades (Câmara Municipal de Oeiras (CMO) e OeirasInvest), estiveram em destaque, tais como o *Ciclo de Conferências OeirasInvest* ou as *Conferências Oeiras | A Smarter Future*.

Numa tentativa de aumentar a oferta de serviços e comodidades para as empresas e seus colaboradores instalados no Parque, o GCI, em estreita coordenação com outros departamentos, nomeadamente a Direcção Comercial e de Marketing, empenhou-se no desenvolvimento de acções concretas, a saber: a *parceria com a empresa boleia.net*, que disponibiliza um serviço de carpooling com melhores ofertas para as empresas do Parque e a *implementação do serviço Click&Go do Continente online*.

Importa, igualmente, referir a realização de um inquérito aos trabalhadores do Parque, tendo em vista a recolha de contributos que permitem a melhoria dos espaços, condições e serviços do Parque, numa clara perspectiva de reaproximação e criação de laços de confiança com as empresas, procurando envolvê-las nos planos de crescimento e desenvolvimento existentes e que estão neste momento a ser repensados.

Com o objectivo de reforçar a identidade corporativa do Parque, o GCI dinamizou as redes sociais do Taguspark e empenhou-se numa constante divulgação de iniciativas internas e do mundo empresarial junto dos meios de comunicação tradicionais e digitais.

Salienta-se, igualmente, a continuidade da cooperação com entidades nacionais e estrangeiras, num esforço de internacionalização do Parque, nomeadamente através do estreitamento das relações com a IASP – International Association of Science Parks.

Durante este ano continuámos, igualmente, a acolher visitas de delegações de instituições nacionais e estrangeiras que mostraram interesse em conhecer o Parque de Ciência e Tecnologia, bem como visitas de escolas do Ensino Secundário e Superior.

Igualmente a criação e reformulação de materiais institucionais para promoção do Parque manteve a sua regularidade. Referimo-nos em concreto à publicação sazonal da newsletter *Taguspark em notícia* (papel e digital) e à publicação electrónica semanal *What's on*.



## RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Taguspark continuou a apoiar e patrocinar diversas instituições e eventos, como por exemplo, a *Festa em honra de Nossa Senhora dos Navegantes*, em Oeiras ou a *Bolsa de Estudo do Rotary Club de Oeiras*.

Reforçámos a presença do Taguspark no Programa Oeiras Solidária. Promovemos a organização de exposições no átrio do Núcleo Central, através fundamentalmente da cedência de espaços, que ao mesmo tempo contribuíram para a divulgação de causas de interesse social e dinamizaram o quotidiano do Taguspark, procurando fomentar o contacto entre as entidades aqui instaladas. Citamos como exemplos, as exposições *dos 40 anos da CERCIOEIRAS* e *dos 10 anos do Programa Oeiras Solidária*.

O reforço da participação nesta área passou igualmente pela participação e disponibilização de espaço para realização do *Marketplace* Oeiras, iniciativa de trocas de serviços, que através de um mercado social tem por objectivo reunir no mesmo evento empresas, autoridades locais, escolas e Instituições sem fins lucrativos, onde a 'oferta' possa ser combinada com a 'procura'.

As actividades de interesse social e a divulgação de projectos para angariação de fundos são pontos centrais na participação do Parque neste campo. Foi o caso da realização da recolha de fundos de associações com a União Humanitária dos Doentes com Cancro (UHDC) e a Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama (APAMCM) e a Campanha Pirilampo Mágico promovida a nível nacional pela CERCIS, a quem foi disponibilizado espaço no Átrio do Núcleo Central para desenvolvimento das suas acções.

Novamente, e pelo sexto ano consecutivo, organizou-se a Feira de Natal Taguspark Solidário, visando apoiar as instituições que atuam nesta área dando visibilidade aos seus projectos e proporcionando a angariação de fundos para os mesmos.

## INFRAESTRUTURA INFORMÁTICA

Durante o ano de 2015 foram efectuadas alterações estruturais ao modo de funcionamento da infra-estrutura informática existente no edifício sede da Taguspark SA e no edifício onde se encontra a Incubadora de empresas do Taguspark. A redefinição dos acessos internos à infra-estrutura e aos recursos existentes e do acesso de e para o exterior (internet) permitiu uma melhor garantia de qualidade e continuidade dos serviços prestados, tal como uma melhor gestão do uso e da finalidade para a qual os recursos eram utilizados.

## SISTEMA INFORMAÇÃO (MICROSOFT DYNAMICS NAV)

Em 2015 foi ainda dado início aos trabalhos de desenvolvimento associados à Fase 3 do projecto NAV, com a finalidade de capacitar a Taguspark, S.A. de uma base de dados centralizada, integrada e fiável de contactos e de uma melhor ferramenta para a gestão de documentos digitais. Estes desenvolvimentos encontram-se no seu término, sendo espectável que sejam operacionalizados no início do ano de 2016. Foram ainda implementadas outras funcionalidades identificadas como mais-valias ao funcionamento do sistema de informação da empresa.

FS  
2015  
JCR



## CONTROLO DE GESTÃO

Durante o ano de 2015 foi dada continuidade à utilização dos mecanismos de controlo interno e de suporte à gestão implementados em 2011 e reforçados com a implementação do Sistema de Informação durante o ano de 2012.

Foi igualmente dada continuidade à elaboração, com periodicidade mensal, dos Relatórios de Controlo de Gestão, com uma constante actualização do painel de indicadores de gestão nas suas diferentes vertentes (financeira, operacional, comercial e de pessoal), através da utilização das novas funcionalidades implementadas no Sistema de Informação, por forma a garantir o adequado suporte à tomada de decisão e continuar a potenciar a obtenção de ganhos de eficiência.

FS

univ.

Ar



## VI - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Taguspark, S.A. encerrou as contas referentes ao exercício de 2015 com um resultado líquido positivo de **102 830€**, valor acima do orçamentado em 328 mil euros.

O **Resultado Operacional foi positivamente afectado** pelo reconhecimento do excesso de provisão para a Residência de Estudantes, a reversão de clientes, a redução dos custos com pessoal e dos gastos financeiros. No ano de 2014 há que salientar a venda do direito ao solo do Lote 5 por 775 mil euros que afecta significativamente os resultados do ano passado. O Resultado Líquido de 2015 foi, no entanto, negativamente afectado pela anulação dos impostos diferidos registados aquando da constituição da provisão para a doação da Residência de Estudantes. Com a formalização da doação, escriturada em Julho de 2015, registaram-se uma série de movimentos contabilísticos, a saber: (i) diminuição do imobilizado, 2.893 mil euros, (ii) anulação da provisão constituída em anos anteriores, no valor de 3 milhões de euros e (iii) anulação dos Activos por Impostos Diferidos, no valor de 675 mil euros, por contrapartida da rubrica Imposto sobre o rendimento do período.

Os Resultados apresentados decorrem de uma conjuntura em que o mercado de arrendamento de escritórios apresenta um crescimento de 14%, face ao ano anterior.

	2015	2014	2013	2012	Diferença (2015/2014)
Componente do Resultado Líquido	€	€	€	€	%
EBITDA	2.743.033	3.153.783	1.247.628	2.207.671	-13,02
<b>Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)</b>	<b>575.517</b>	<b>990.647</b>	<b>-888.182</b>	<b>-300.369</b>	<b>-41,90</b>
Resultado Antes de Impostos	508.530	688.824	-882.189	-151.659	-26,17
Imposto sobre o Rendimento	-405.700	253.264	335.327	110.429	-260,19
<b>Resultado Líquido</b>	<b>102.830</b>	<b>942.088</b>	<b>-546.862</b>	<b>-41.230</b>	<b>-89,08</b>

O EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos), no valor de **2.743.033€**, ficou 20% acima do orçamentado e 13% abaixo do valor registado em 2014 mas será de relembra que o ano de 2014 está afectado pela receita extraordinária resultante da venda do direito ao solo do Lote 5 por 775 mil euros.

	2015	2014	2013	2012	Diferença (2015/2014)
Decomposição dos Proveitos Operacionais	€	€	€	€	%
Prestações de Serviços	4.144.685	4.106.836	3.530.344	4.463.001	0,92
Outros Rendimentos e Ganhos	2.398.478	2.466.827	2.412.699	2.765.047	-2,77
Subsídios ao Investimento	276.386	296.207	296.208	296.208	-6,69
Reversões (clientes e residência de estudantes)	211.047	0	0	0	
Venda de Direito de Superfície	0	741.853	0	0	
Venda de Imóveis	0	0	165.967	0	
Processos Judiciais	0	0	0	187.413	
<b>Total dos Proveitos Operacionais</b>	<b>7.030.596</b>	<b>7.611.722</b>	<b>6.405.217</b>	<b>7.711.668</b>	<b>-7,63</b>

Face ao acima referido constata-se que também os proveitos operacionais, que totalizaram 7.030.596€, registaram um decréscimo de 7,6% face a igual período de 2014 mas ficaram a 3,3% acima do orçamento.



	2015	2014	2013	2012	Diferença (2015/2014)
	€	€	€	€	%
<b>Decomposição dos Custos Operacionais</b>					
Fornecimentos e Serviços Externos	2.761.296	2.754.609	2.798.720	2.889.044	0,24
Gastos com Pessoal	1.073.062	1.195.672	1.498.765	1.796.328	-10,25
IMI, Taxas e Outros Impostos	372.985	384.029	377.430	372.332	-2,88
Outros Gastos e Perdas	27.037	17.471	23.989	69.484	54,75
Sub-Total	4.234.380	4.351.782	4.698.903	5.127.188	-2,70
Provisões	0	0	0	0	
Processos Judiciais	0	14.530	52.261	225.611	-100,00
Imparidade de Dívidas a Receber	47.073	41.583	398.634	106.461	13,20
Dívidas incobráveis	0	39.965	0	0	
Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas	6.111	9.199	7.790	42.066	-33,57
Insuficiência Estimativa IRC	0	880	0	2.670	
Sub-Total	53.183	106.157	458.685	376.808	-49,90
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>4.287.563</b>	<b>4.457.939</b>	<b>5.157.589</b>	<b>5.503.997</b>	<b>-3,82</b>

A Taguspark, S.A. continuou com a contenção de custos operacionais iniciados em 2011, sendo que os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam-se 3% abaixo do orçamento e ao mesmo nível dos custos registados no ano anterior.

Os Gastos com Pessoal ficaram cerca de 13% abaixo do valor orçamentado. Comparativamente com o ano anterior, o decréscimo de custos é de 10% e decorre, fundamentalmente, de baixas e licenças sem vencimento concedidas.

### Investimento

Em 2015 foram realizados investimentos na ordem dos 650 mil euros em activos fixos tangíveis. Entre outros, foram investidos 200 mil euros na continuação da renovação de corredores e WC's do Núcleo Central, 106 mil euros na substituição das pedras da fachada do edifício Ciência II, 94 mil euros no *upgrade* do sistema de CCTV e 81 mil euros no Edifício Poente.

### Financiamento

O financiamento à construção do Edifício Poente contratado com o Banco Santander Totta foi renegociado em Setembro de 2014, tendo-se contratualizado uma redução no *spread* de 3,75%. Esta renegociação explica, em parte, a redução dos custos financeiros sendo que a descida registada na Euribor também contribuiu para a poupança registada. No final do ano ascendia a 4,8 milhões euros, tendo vindo a ser reembolsado de acordo com o contrato firmado (822 mil euros em 2015).

Quanto aos principais indicadores económicos e financeiros, continua a constatar-se uma elevada solidez financeira da Taguspark, S.A..

FS  
mmi  
21



Indicadores Financeiros	2015	2014	2013	2012
Liquidez Geral	163%	133%	134%	169%
Autonomia Financeira	84%	78%	73%	81%
Solvabilidade	515%	359%	277%	414%
Rendibilidade das Vendas - ROS	2%	2%	-9%	-1%
Rendibilidade das Vendas (excluindo venda imóveis) - ROS	2%	-8%	-12%	-1%
Rendibilidade dos Activos - ROA	0%	0%	-1%	0%
Rendibilidade dos Capitais Próprios - ROE	0%	0%	-1%	0%
Prazo Médio de Recebimentos	86,92 dias	36,20 dias	48,49 dias	79,10 dias
Prazo Médio de Pagamentos	74,67 dias	59,44 dias	58,06 dias	64,94 dias

A rendibilidade dos Activos e dos Capitais Próprios continua a apresentar valores relativamente reduzidos, atentos os elevados valores de activos detidos pela Taguspark<sup>2</sup> e que não geram rendimento.

Os rácios Liquidez Geral, Autonomia Financeira e Solvabilidade que, em 2013 e 2014, apresentavam valores confortáveis mas mais reduzidos em consequência da fase de intenso investimento que implicaram a contratação de empréstimos bancários de curto, médio e longo prazos, voltaram a aumentar em 2015.

O agravamento do prazo médio de recebimentos resulta exclusivamente da falta de pagamento por parte da Novartis cuja dívida ascendia, no final do ano, a 920 mil euros. É de salientar que as imparidades de clientes dizem respeito a dívidas de utentes cujos processos de contencioso tiveram início em anos anteriores, já que em termos totais teve um ligeiro desagravamento em 2015.

<sup>2</sup> A sociedade é proprietária de Lotes de terreno com área que totaliza 290.744 m<sup>2</sup>, com edificabilidade de cerca de 108.000 m<sup>2</sup> de acordo com o Alvará de Loteamento nº2/96 e de cerca de 36 ha de terrenos rústicos com área estimada de construção potencial de cerca de 110.000 m<sup>2</sup> de acordo com os parâmetros aplicáveis do PIAPCT.



## VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta os resultados do exercício de 2015, o Conselho de Administração propõe, nos termos das disposições pertinentes do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício:

<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>102.830 €</b>
<b>Aplicação</b>	
Reserva Legal	5.142 €
Resultados Transitados	97.689 €

fj  
hmr  
de  
23



## VIII – NOTAS FINAIS

Ao encerrar o Relatório de Gestão do exercício de 2015, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos os que o apoiaram na prossecução dos objectivos fixados para a Taguspark, S.A..

Aos Accionistas, pelo apoio e confiança demonstrado nos mais diversos momentos da vida da Taguspark, S.A..

Aos colaboradores, pela dedicação, empenho e profissionalismo evidenciado no exercício das suas funções.

Ao órgão de Fiscalização, pela colaboração essencial prestada.

É ainda devido um agradecimento muito especial a todos os nossos clientes e utentes que nos honraram com a sua preferência, a quem reafirmamos a nossa determinação em alcançar a excelência na prestação de serviços e na procura da satisfação das suas necessidades.

Oeiras, 29 de fevereiro de 2016

### O Conselho de Administração




Prof. João Duque  
Presidente

### Administrador Delegado



Prof. António Carmona Rodrigues

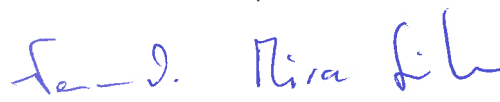
### Vogais Não Executivos



Eng.º Alexandre Teixeira da Fonseca



Prof. Eduardo Baptista Correia



Prof. Fernando Mira da Silva



Dr. Nuno Manalvo dos Santos





## **ANEXO – CONTAS AUDITADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Natureza
- Demonstração dos Resultados por Funções
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2015
- Anexo às Demonstrações Financeiras

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*  
fs mml  
for

# TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

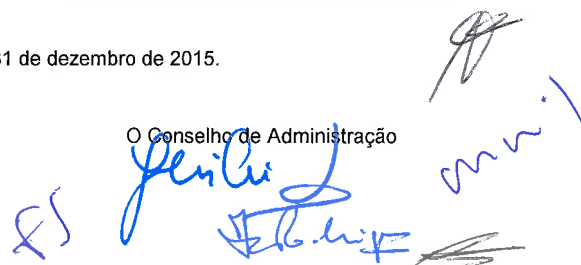
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2015	2014
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	5	59 632 164,97	64 066 611,56
Activos intangíveis	7	65 984,32	104 022,87
Participações financeiras	8	1 733 227,10	2 019 337,96
Outros activos financeiros	10	90 880,06	91 463,66
Activos por impostos diferidos	9	107 014,37	802 567,24
		<b>61 629 270,82</b>	<b>67 084 003,29</b>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	10	1 578 604,59	664 851,29
Estado e outros entes públicos	16	1 383 316,01	1 180 294,23
Sócios	25	16 937,23	5 599,50
Outras contas a receber	10	1 208 229,12	1 555 598,28
Diferimentos	11	80 891,63	6 415,49
Caixa e depósitos bancários	4, 10	1 380 973,55	1 764 388,08
		<b>5 648 952,13</b>	<b>5 177 146,87</b>
<b>Total do activo</b>		<b>67 278 222,95</b>	<b>72 261 150,16</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
		<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	12	21 750 000,00	21 750 000,00
Reservas legais	12	2 011 302,50	1 964 198,11
Outras reservas	12	27 330 046,48	27 330 046,48
Resultados transitados		527 319,91	(305 476,67)
Ajustamentos em activos financeiros		(1 041 431,27)	(1 041 431,27)
Outras variações no capital próprio		5 654 302,65	5 882 758,39
		<b>56 231 540,27</b>	<b>55 580 095,04</b>
Resultado líquido do exercício		102 829,65	942 087,89
<b>Total do capital próprio</b>		<b>56 334 369,92</b>	<b>56 522 182,93</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	13	59 170,66	3 284 781,79
Financiamentos obtidos	14	3 954 728,20	4 776 711,43
Passivos por impostos diferidos	9	3 474 801,38	3 780 522,36
		<b>7 488 700,24</b>	<b>11 842 015,58</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	14	574 233,03	536 375,61
Estado e outros entes públicos	16	222 636,28	134 225,14
Financiamentos obtidos	14	835 500,00	835 500,00
Outras contas a pagar	14, 15	1 428 091,79	1 965 213,32
Diferimentos	17	394 691,69	425 637,58
		<b>3 455 152,79</b>	<b>3 896 951,65</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>10 943 853,03</b>	<b>15 738 967,23</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>67 278 222,95</b>	<b>72 261 150,16</b>

O anexo faz parte integrante do balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

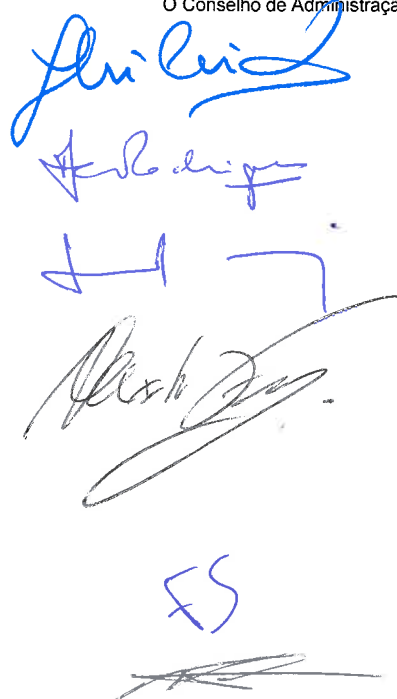
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	18	4 144 685,41	4 106 835,58
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(6 110,86)	(9 198,88)
Fornecimentos e serviços externos	19	(2 761 295,82)	(2 754 609,34)
Gastos com o pessoal	20	(1 073 061,53)	(1 195 672,07)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	19 172,21	(41 582,78)
Provisões (aumentos/reduções)	13	144 801,88	-
Aumentos /reduções de justo valor	10	(583,60)	-
Outros rendimentos e ganhos	22	2 674 864,43	3 504 886,71
Outros gastos e perdas	23	(399 438,91)	(456 875,83)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 743 033,21</b>	<b>3 153 783,39</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 7, 21	(2 167 516,49)	(2 163 136,81)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>575 516,72</b>	<b>990 646,58</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24	24 924,95	37 667,48
Juros e gastos similares suportados	24	(91 911,99)	(339 490,49)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>508 529,68</b>	<b>688 823,57</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	(405 700,03)	253 264,32
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>102 829,65</b>	<b>942 087,89</b>
<b>Resultado por acção básico</b>		<b>0,02</b>	<b>0,22</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas  
do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



**TAGUSPARK - SOCIEDADE de PROMOÇÃO e DESENVOLVIMENTO  
do PARQUE de CIÊNCIA e TECNOLOGIA da ÁREA de LISBOA, S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

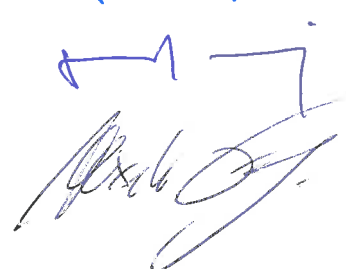
RUBRICAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	6 524 675,14	6 526 304,53
Custo das vendas e dos serviços prestados	(5 501 574,06)	(5 748 739,76)
<b>Resultado bruto</b>	<b>1 023 101,08</b>	<b>777 564,77</b>
Outros rendimentos	294 874,70	1 085 417,76
Gastos de distribuição	-	-
Gastos administrativos	(697 007,17)	(730 470,33)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	(33 148,19)	(127 335,38)
<b>Resultado Operacional antes de gastos de financiamento e impostos</b>	<b>587 820,42</b>	<b>1 005 176,82</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	(79 290,74)	(316 353,25)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>508 529,68</b>	<b>688 823,57</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(405 700,03)	253 264,32
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>102 829,65</b>	<b>942 087,89</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções  
do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


# TAGUSPARK - SOC.P.D.P.C. TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

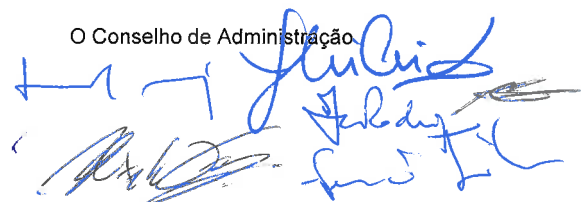
	Notas	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		5 912 763,57	6 274 397,54
Pagamentos a fornecedores		(3 063 966,89)	(2 997 771,21)
Pagamentos ao pessoal		(1 144 290,54)	(1 164 073,24)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1 704 506,14</b>	<b>2 112 553,09</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		575 545,58	605 284,53
Outros recebimentos / pagamentos		(1 133 933,21)	883 100,50
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>		<b>1 146 118,51</b>	<b>3 600 938,12</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(883 123,06)	(732 383,14)
Activos intangíveis		(14 760,00)	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
		<b>(897 883,06)</b>	<b>(732 383,14)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		-	765 000,00
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		280 000,00	22 536,34
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		4 483,41	10 096,85
Dividendos		-	-
		<b>284 483,41</b>	<b>797 633,19</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>		<b>(613 399,65)</b>	<b>65 250,05</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	14	(821 983,23)	(3 303 085,59)
Juros e gastos similares		(94 150,16)	(361 492,71)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<b>(916 133,39)</b>	<b>(3 664 578,30)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>		<b>(916 133,39)</b>	<b>(3 664 578,30)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(383 414,53)</b>	<b>1 609,87</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1 764 388,08</b>	<b>1 762 778,21</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>1 380 973,55</b>	<b>1 764 388,08</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2015

(Montantes expressos em Euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										
		Capital Realizado	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados transados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
1	12	21 750 000,00	-	1 964 198,11	27 330 046,48	(305 476,67)	(1 041 431,27)	-	5 882 758,39	942 087,89	56 522 182,93	56 522 182,93
2	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	12	-	-	47 104,39	-	894 983,50	-	-	(942 087,89)	(290 642,66)	(290 642,66)	
4=2+3	12	-	-	47 104,39	-	832 796,58	-	(228 455,74)	(942 087,89)	(290 642,66)	(290 642,66)	
5	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1+2+3+5	12	21 750 000,00	-	2 011 302,50	27 330 046,48	527 319,91	(1 041 431,27)	-	5 654 302,65	102 829,65	56 334 369,92	56 334 369,92

## O CONTABILISTA CERTIFICADO

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

55

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

11

60

Dira L.L.

~~\_\_\_\_\_~~

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

# ***TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.***

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

*(Montantes expressos em euros)*

## **1 NOTA INTRODUTÓRIA**

A TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima, foi constituída em 30 de Julho de 1992 e tem a sua sede social no Taguspark – Núcleo Central, n.º 100, freguesia de Porto Salvo, concelho de Oeiras, e que tem como actividade principal a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua actividade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 29 de fevereiro de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

## **3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

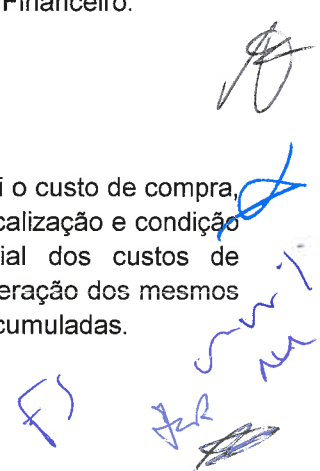
As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### **3.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### **3.2 Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.





As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	4 a 50
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 10
Outras Imobilizações Corpóreas	3 a 10

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção (ou a receber) e a quantia líquida de amortizações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os terrenos e edifícios objecto de contratos de locação são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, de acordo com a NCRF 7. A Administração da Empresa entende que estes ativos são detidos pelo dono para arrendamento, sendo proporcionados serviços de apoio significativos aos seus ocupantes, não se enquadrando, portanto, no conceito de propriedades de investimento da NCRF 11.

### 3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

O rendimento relacionado com recebimentos de locações operacionais é reconhecido numa base linear durante o período da locação. Os custos iniciais incorridos com a negociação e contratação das locações operacionais são acrescidos à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como gastos numa base linear durante o período da locação.

### 3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Programas de Computadores	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

A Empresa tem reconhecido na rubrica de ativos intangíveis, o goodwill inerente ao processo de fusão da subsidiária Promitagus – Sociedade de Promoção Imobiliária do Tagusparque, S.A., ocorrido a 1 de Janeiro de 2013.

A Empresa considerou como *Goodwill* o VAL dos recebimentos futuros da margem de 6% aplicada sobre os arrendamentos explorados pela Promitagus, em edifícios propriedade da Empresa.

Deste modo, a actualização do valor de goodwill apurado em 2013, assentou no princípio da contínua redução das rendas exploradas pela Promitagus (27%/ano), de forma a que o valor do ativo traduza anualmente os benefícios económicos futuros esperados e determinados inicialmente em 2013, aquando a fusão.

### 3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.6 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

### 3.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

*Handwritten notes and signatures:*  
A blue checkmark is drawn next to the text.  
There are several handwritten signatures and initials in blue ink, including one that appears to say "unvil" and another "for".  
At the bottom right, the page number "4 / 26" is printed.

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem suprimentos, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem outros credores, são geralmente registados ao custo amortizado.

**(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Outros ativos e passivos financeiros designados a justo valor por resultados

São incluídos na categoria de “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados” todos os ativos e passivos financeiros, independentemente da sua natureza, que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido designados como tal, nomeadamente o Fundo de Capital de Risco ISTART-I, um fundo de investimento constituído para investimento na constituição de iniciativas empresariais com origem nas universidades e institutos de investigação e gerido pela Espírito Santo Ventures. Estes ativos são avaliados com uma periodicidade mínima semestral, pela sociedade gestora, pelo método do justo valor.

### **(iii) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

### **(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

## **3.8 Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

## **3.9 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the date 6 / 26.



O rédito proveniente das locações é reconhecido numa base linear durante o período da locação. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas, e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis e investimentos em associadas e análises de imparidade;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- Determinação de estimativas para juros a receber, remunerações a liquidar e impostos e outros montantes a pagar;
- Goodwill resultante da fusão com a subsidiária Promitagus, S.A. e respetivos testes de imparidade;
- Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos.

### 3.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.12 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são actualizados às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transacções em moeda estrangeira e as resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### 3.15 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 detalha-se conforme se segue:

	2015	2014
Numerário	944,28	991,04
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 380 029,27	1 763 397,04
	<b>1 380 973,55</b>	<b>1 764 388,08</b>

## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2015						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>							
Saldo inicial	16 418 334,14	85 941 024,30	11 265,87	311 767,02	600 013,03	4 857 250,94	108 139 655,30
Aquisições	-	-	-	4 418,02	-	532 888,00	537 306,02
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Dif. integração AFT ERP	-	(0,31)	-	(0,05)	0,53	-	0,17
Transferências	-	(1 246 952,36)	-	45 924,34	1 673 947,07	(472 919,05)	-
Abates (doações)	(150 247,77)	-	-	-	-	(2 743 148,98)	(2 893 396,75)
Saldo final	16 268 086,37	84 694 071,63	11 265,87	362 109,33	2 273 960,63	2 174 070,91	105 783 564,74
<b>Amortizações acumuladas</b>							
Saldo inicial	-	43 340 105,49	9 153,53	279 833,43	443 951,29	-	44 073 043,74
Amortizações do exercício	-	2 003 482,11	2 112,34	22 943,35	103 196,46	-	2 131 734,26
Dif. integração AFT ERP	-	-	-	0,02	1,29	-	1,31
Transferências	-	(1 192 263,69)	-	31 617,73	1 160 645,96	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	44 151 323,91	11 265,87	334 394,53	1 707 795,00	-	46 204 779,31
<b>Activos líquidos</b>	16 268 086,37	40 542 747,72	-	27 714,80	566 165,63	2 174 070,91	59 578 785,43



## 2014

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>							
Saldo inicial	16.441.481,33	85.492.362,96	11.265,87	572.051,74	612.657,86	4.639.733,27	107.769.553,03
Aquisições	-	58.190,81	-	7.863,20	-	622.915,94	688.969,95
Alienações	(23.147,19)	-	-	-	-	-	(23.147,19)
Transferências	-	397.682,00	-	-	7.716,27	(405.398,27)	-
Abates	-	(7.211,47)	-	(268.147,92)	(20.361,10)	-	(295.720,49)
Saldo final	16.418.334,14	85.941.024,30	11.265,87	311.767,02	600.013,03	4.857.250,94	108.139.655,30
<b>Amortizações acumuladas</b>							
Saldo inicial	-	41.301.974,45	6.337,06	527.385,68	396.931,13	-	42.232.628,32
Amortizações do exercício	-	2.045.038,35	2.816,47	20.561,34	67.294,52	-	2.135.710,68
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(6.907,31)	-	(268.113,59)	(20.274,36)	-	(295.295,26)
Saldo final	-	43.340.105,49	9.153,53	279.833,43	443.951,29	-	44.073.043,74
<b>Activos líquidos</b>	16.418.334,14	42.600.918,81	2.112,34	31.933,59	156.061,74	4.857.250,94	64.066.611,56

As amortizações do exercício de ativos fixos tangíveis, no montante de 2.135.710,68 Euros (2.135.710,68 Euros em 2014), foram registadas na rubrica de gastos de depreciação e amortização (Nota 21).

As doações registadas na rubrica de ativos fixos em curso referem-se à doação da Residência de Estudantes ao Instituto Superior Técnico.

O justo valor dos ativos fixos tangíveis da Empresa foi determinado por referência a 31 de Dezembro de 2015, ascendendo a cerca de 118 Milhões de Euros. Tal justo valor foi determinado tendo por base avaliações parcelares efectuadas, durante o ano, por entidades especializadas independentes.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram incluídos, na quantia escriturada de ativos fixos em curso, dispêndios no montante de 586.267,54 Euros (622.915,94 Euros em 2014), os quais são detalhados por natureza conforme se segue:

	2015	2014
<b>Dispêndios capitalizados</b>		
Adaptação dos espaços do edifício Ciência II	58 080,79	18 423,20
Adaptação dos espaços dos edifícios Inovação II	-	18 187,50
Deteção de CO	11 030,91	-
Polo Multifuncional	2 914,00	-
Remodelação Nucleo Central	199 973,07	47 798,80
Construção da Residência de Estudantes	36 685,49	91 683,08
Construção da Praça Central e edifício Poente	77 069,50	354 111,83
Infraestruturas	55 875,92	7 404,48
Caldeiras para CTU	13 203,30	49 200,00
CCTV	93 678,30	36 107,05
Sistema de gestão técnica	37 756,26	-
	<b>586 267,54</b>	<b>622 915,94</b>

## 6 LOCAÇÕES

### Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2015 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas e equipamento informático, os quais se encontram denominados em Euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2015 e 2014 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2015	2014
<b>Até 1 ano</b>	<b>39 342,73</b>	<b>39 134,89</b>
Aluguer Op. Viaturas	32 889,90	31 860,57
Aluguer Equipamento	6 452,83	7 274,32
<b>Entre 1 ano e 5 anos</b>	<b>79 526,03</b>	<b>15 185,93</b>
Aluguer Op. Viaturas	62 441,29	10 084,78
Aluguer Equipamento	17 084,74	5 101,15
	<b>118 868,75</b>	<b>54 320,82</b>

## 7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2015		
	Goodwill	Programas computador	Total
<b>Activos</b>			
Saldo inicial	35 492,32	130 247,60	165 739,92
Aquisições	-	12 000,00	12 000,00
Outras variações	(14 256,32)	-	(14 256,32)
Saldo final	21 236,00	142 247,60	163 483,60
<b>Amortizações acumuladas perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	-	61 717,05	61 717,05
Amortizações do exercício	-	35 782,23	35 782,23
Saldo final	-	97 499,28	97 499,28
<b>Activos líquidos</b>	<b>21 236,00</b>	<b>44 748,32</b>	<b>65 984,32</b>

2014

	Goodwill	Programas computador	Total
<b>Activos</b>			
Saldo inicial	77.000,00	126.447,60	203.447,60
Aquisições	-	3.800,00	3.800,00
Outras variações	(41.507,68)	-	(41.507,68)
Saldo final	35.492,32	130.247,60	165.739,92
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Saldo inicial	-	34.290,92	34.290,92
Amortizações do exercício	-	27.426,13	27.426,13
Saldo final	-	61.717,05	61.717,05
<b>Activos líquidos</b>	<b>35.492,32</b>	<b>68.530,55</b>	<b>104.022,87</b>

As aquisições de programas de computadores no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 respeitam, na sua totalidade, à aquisição de serviços de desenvolvimento do ERP da Empresa, registados na rubrica "Ativos fixos intangíveis em curso". A entrada em produção deste ERP verificou-se em Abril de 2013, altura na qual se iniciou a respectiva amortização em 3 exercícios.

O Goodwill registado no decorrer do exercício de 2013 prende-se com a estimativa do valor de negócio futuro da Promitagus, S.A., na sequência do processo de fusão ocorrido a 1 de Janeiro de 2013.

Conforme mencionado na nota 3, a Empresa considerou como *Goodwill* o VAL dos recebimentos futuros da margem de 6% aplicada sobre os arrendamentos explorados pela Promitagus, em edifícios propriedade da Empresa.

Deste modo, a actualização do valor de goodwill apurado em 2013, assentou no princípio da contínua redução das rendas exploradas pela Promitagus (27%/ano), de forma a que o valor do ativo traduza anualmente os benefícios económicos futuros esperados e determinados inicialmente em 2013, aquando a fusão.

Assim, o montante de 14.256,32 Euros (41.507,68 Euros em 2014) inscrito na linha "Outras variações" reflecte a actualização anual do valor do *Goodwill* em função dos benefícios económicos futuros esperados.

As amortizações do exercício, no montante de 35.782,23 Euros (27.426,13 Euros em 2014), foram registadas na rubrica de gastos de depreciação e amortização (Nota 21).

## 8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

12 / 26

## 2015

	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	1 701 087,96	706 250,00	2 407 337,96
Alienações (AITEC)	-	(280 000,00)	(280 000,00)
Regularizações - Método da equiv. Patrimonial (AFTA)	(6 110,86)	-	(6 110,86)
<b>Saldo final</b>	<b>1 694 977,10</b>	<b>426 250,00</b>	<b>2 121 227,10</b>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	-	388 000,00	388 000,00
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>388 000,00</b>	<b>388 000,00</b>
<b>Activos líquidos</b>	<b>1 694 977,10</b>	<b>38 250,00</b>	<b>1 733 227,10</b>

## 2014

	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	1.707.286,84	709.250,00	2.416.536,84
Alienações (OEINERGE)	-	(3.000,00)	(3.000,00)
Regularizações - Método da equiv. Patrimonial (AFTA)	(6.198,88)	-	(6.198,88)
<b>Saldo final</b>	<b>1.701.087,96</b>	<b>706.250,00</b>	<b>2.407.337,96</b>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	-	388.000,00	388.000,00
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>388.000,00</b>	<b>388.000,00</b>
<b>Activos líquidos</b>	<b>1.701.087,96</b>	<b>318.250,00</b>	<b>2.019.337,96</b>

As participações financeiras detidas pela Empresa registadas ao custo, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são conforme se segue:

ENTIDADE	2015		
	Valor Participação	Imparidade Acumulada	Activo líquido
Tecparques - Associação Portuguesa de Parques de Tecnologia	2 500,00	-	2 500,00
ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade	371 250,00	363 000,00	8 250,00
Azores Parque - Soc. de Desenv. e Gestão de Parques Empresariais S.A.	25 000,00	-	25 000,00
IFEA - Instituto de Formação Empresarial Avançada	25 000,00	25 000,00	-
Ciência Activa - Educação e Ocupação de Tempos Livres, Lda	2 500,00	-	2 500,00
<b>TOTAL</b>	<b>426 250,00</b>	<b>388 000,00</b>	<b>38 250,00</b>

ENTIDADE	2014		
	Valor Participação	Imparidade Acumulada	Activo líquido
Tecparques - Associação Portuguesa de Parques de Tecnologia	2.500,00	-	2.500,00
ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade	371.250,00	363.000,00	8.250,00
Azores Parque - Soc. de Desenv. e Gestão de Parques Empresariais S.A.	25.000,00	-	25.000,00
IFEA - Instituto de Formação Empresarial Avançada	25.000,00	25.000,00	-
Ciência Activa - Educação e Ocupação de Tempos Livres, Lda	2.500,00	-	2.500,00
AITECOEIRAS - Ass. para a Internac., Tecn., Prom. e Desenv. Emp. de Oeiras	280.000,00	-	280.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>706.250,00</b>	<b>388.000,00</b>	<b>318.250,00</b>

O montante de 6.110,86 Euros referente às regularizações do método de equivalência patrimonial corresponde ao ajustamento da participação na empresa associada AFTA, S.A., cujo detalhe se apresenta da seguinte forma:

	2002	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Capitais próprios da AFTA	746 377,49	1 401 652,32	1 382 220,04	1 359 622,02	1 336 019,26	1 306 788,67	1 283 416,04	1 264 817,54	1 246 483,10
% de participação da Taguspark (33,33%)	248 767,62	467 170,72	460 693,94	453 162,02	445 295,22	435 552,66	427 762,56	421 563,68	415 452,81
Variação do MEP	-	218 403,10	(6 476,78)	(7 531,92)	(7 866,80)	(9 742,56)	(7 790,10)	(6 198,88)	(6 110,86)
Valor de aquisição (2002)	1 528 291,90	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença entre V.A. e % dos CP da AFTA	1 279 524,28	-	-	-	-	-	-	-	-

Os principais ativos da AFTA são constituídos por terrenos para construção, que se encontram reconhecidos numa rubrica de inventários e mensurados ao custo pelo montante de 3.730.481,70 Euros, em 31 de Dezembro de 2015 (igual montante em 2014). O valor realizável líquido estimado dos terrenos ascende a 7.047.000 Euros, de acordo com uma avaliação independente efectuada em Novembro de 2012, através do método de rentabilidade com consulta de dados relevantes do mercado imobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

						2015				
Sede		Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Diferença entre V.A. e % dos CP	Montante registado
Empresas associadas:										
AFTA, S.A.		Lisboa	3 786 122,56	2 539 639,46	1 246 483,10	-	(18 330,96)	33,33%	(6 110,86)	1 279 524,28
									(6 110,86)	1 279 524,28
										1 694 977,10

						2014				
Empresas associadas:	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Diferença entre V.A. e % dos CP	Montante registado
	AFTA, S.A.	Lisboa	3.798.821,32	2.534.003,78	1.264.817,54	-	(18.598,50)	33,33%	(6.198,88)	1.279.524,28
									(6.198,88)	1.279.524,28
									1.701.087,96	

## 9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
<b>Imposto corrente e ajustamentos:</b>		
Imposto corrente do período	15 868,14	17 135,76
	<b>15 868,14</b>	<b>17 135,76</b>
<b>Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias</b>		
Cedência de direito de exploração de terrenos	675 000,00	60 658,41
Imparidade de dívidas a receber de clientes	14 246,18	47 698,30
Desreconhecimento de activos intangíveis	-	4 626,84
Desreconhecimento de activos tangíveis em curso	-	48 117,08
Desreconhecimento de activos tangíveis (website)	-	2 605,51
Reconhecimento de gastos de publicidade	-	19 468,59
Actualização monetária suprimentos concedidos e dívidas de clientes	-	10 232,35
Provisão para perda da participação do ISQ (ao custo histórico)	-	7 260,00
Provisões para riscos e encargos	-	525,00
Imparidade de dívidas a receber de terceiros	6 306,69	560,59
Subsídios ao investimento de activos	(62 186,92)	(221 938,81)
Mais-valias não tributadas	(243 534,06)	(250 213,94)
	<b>389 831,89</b>	<b>(270 400,08)</b>
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>405 700,03</b>	<b>(253 264,32)</b>

	2015	2014
<b>Resultado antes de impostos</b>	508 529,68	688 823,57
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5% e 24,5%	<b>114 419,18</b>	<b>168 761,77</b>
<b>Diferenças permanentes:</b>		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	5 712,60	7 637,50
50% da diferença positiva entre as mais e menos-valias fiscais	-	361 871,69
Mais-valias contabilísticas	118 501,69	(741 852,81)
Créditos incobráveis não aceites como gastos	193,32	39 964,93
Outros gastos não dedutíveis	17 494,98	22 369,90
Benefícios fiscais	(1 195 658,70)	(42 900,00)
Reversão de Provisões tributadas em exercícios anteriores	(3 166 202,64)	-
Outras deduções tributáveis	-	-
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5% e 24,5%	<b>(949 490,72)</b>	<b>(86 462,65)</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Mais-valias tributadas	-	(390 196,33)
Ajustamentos para imparidades de clientes	74 856,53	(190 971,52)
Aplicação Método Equivalência Patrimonial	6 110,86	6 198,88
Ajustamentos por adopção de novo normativo	-	(316 936,85)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5% e 24,5%	<b>18 217,66</b>	<b>(218 516,93)</b>
<b>Prejuízos para efeitos fiscais</b>	3 630 461,68	555 991,04
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5% e 24,5%	<b>816 853,88</b>	<b>136 217,80</b>
	-	-
Ajustamentos à colecta	15 868,14	17 135,76
Gasto com impostos sobre o rendimento	<b>15 868,14</b>	<b>17 135,76</b>

## Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2015	2014	2015	2014
Cedência de direito de exploração de terrenos	7 407,15	682 407,15	-	-
Imparidade de dívidas a receber de clientes	16 842,72	31 088,90	-	-
Provisão para riscos e encargos (retenções não-residentes)	5 906,25	5 906,25	-	-
Actualização monetária suprimentos concedidos	(4 816,75)	(4 816,75)	-	-
Imparidade dívidas a receber	-	6 306,69	-	-
Provisão para perdas de participação em associadas	81 675,00	81 675,00	-	-
Subsídios ao investimento de activos	-	-	(1 618 202,74)	(1 680 389,66)
Mais-valias não tributadas	-	-	(1 856 598,64)	(2 100 132,70)
	<b>107 014,37</b>	<b>802 567,24</b>	<b>(3 474 801,38)</b>	<b>(3 780 522,36)</b>



## 10 ATIVOS FINANCEIROS

### Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2015			2014		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Disponibilidades:</b>						
Numerário	944,28	-	944,28	991,04	-	991,04
Depósitos bancários à ordem	1 175 691,80	-	1 175 691,80	1 361 397,04	-	1 361 397,04
Depósitos bancários a prazo imediatamente mobilizáveis	204 337,47	-	204 337,47	402 000,00	-	402 000,00
	<b>1 380 973,55</b>	<b>-</b>	<b>1 380 973,55</b>	<b>1 764 388,08</b>	<b>-</b>	<b>1 764 388,08</b>
<b>Activos financeiros ao custo amortizado:</b>						
Outras contas a receber (suprimentos)	490 169,83	35 587,41	454 582,42	530 109,62	35 587,41	494 522,21
	<b>490 169,83</b>	<b>35 587,41</b>	<b>454 582,42</b>	<b>530 109,62</b>	<b>35 587,41</b>	<b>494 522,21</b>
<b>Activos financeiros ao justo valor</b>						
Outros activos financeiros	90 880,06	-	90 880,06	91 463,66	-	91 463,66
	<b>90 880,06</b>	<b>-</b>	<b>90 880,06</b>	<b>91 463,66</b>	<b>-</b>	<b>91 463,66</b>
<b>Activos financeiros ao custo:</b>						
Clientes	2 396 737,75	818 133,16	1 578 604,59	1 502 156,66	837 305,37	664 851,29
Outras contas a receber (suprimentos)	835 000,00	84 621,88	750 378,12	835 000,00	84 621,88	750 378,12
Outras contas a receber (restantes)	3 268,58	-	3 268,58	310 697,95	-	310 697,95
	<b>3 235 006,33</b>	<b>902 755,04</b>	<b>2 332 251,29</b>	<b>2 647 854,61</b>	<b>921 927,25</b>	<b>1 725 927,36</b>
	<b>5 197 029,77</b>	<b>938 342,45</b>	<b>4 258 687,32</b>	<b>5 033 815,97</b>	<b>957 514,66</b>	<b>4 076 301,31</b>

### Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2015			2014		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
<b>Correntes:</b>						
Clientes	2 396 737,75	(818 133,16)	1 578 604,59	1 502 156,66	(837 305,37)	664 851,29
Outras contas a receber	1 328 438,41	(120 209,29)	1 208 229,12	1 675 807,57	(120 209,29)	1 555 598,28
Suprimentos	1 325 169,83	(120 209,29)	1 204 960,54	1 365 109,62	(120 209,29)	1 244 900,33
Debitos de Fornecedores	1 516,96	-	1 516,96	81 574,65	-	81 574,65
<b>Devedores por acr. rendimentos</b>	<b>179,69</b>	<b>-</b>	<b>179,69</b>	<b>2 616,86</b>	<b>-</b>	<b>2 616,86</b>
Juros	179,69	-	179,69	2 616,86	-	2 616,86
Iva de notas de crédito a recuperar	1 182,96	-	1 182,96	-	-	-
Devedores diversos	388,97	-	388,97	226 506,44	-	226 506,44
	<b>3 725 176,16</b>	<b>(938 342,45)</b>	<b>2 786 833,71</b>	<b>3 177 964,23</b>	<b>(957 514,66)</b>	<b>2 220 449,57</b>

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015, verificou-se uma variação positiva nas imparidades de dívidas a receber no montante de 19.172,21 Euros (variação negativa de 41.582,78 Euros em 2014).

No cálculo do custo amortizado da rubrica de suprimentos, considerou-se, para efeitos de cálculo das perdas por imparidade acumuladas, a actualização dos valores a reembolsar pela Ciência Activa. Em 19 de Dezembro de 2012 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial, pelo qual, o montante do empréstimo concedido será reembolsado até 31 de Dezembro de 2028, gozando de um período de carência de pagamento da amortização durante o ano de 2013, sendo pago em prestações mensais, constantes e sucessivas, conjuntamente com os juros compensatórios

correspondentes, vencendo-se a primeira prestação de amortização em Janeiro de 2014 e as restantes no último dia útil de cada um dos meses imediatamente subsequentes. Sobre este presente empréstimo, na modalidade de suprimientos, vencer-se-ão juros compensatórios à taxa equivalente à Euribor a 30 dias, vigente no início de cada período, acrescida de um spread de 4,50%. Os juros vencidos e não pagos à data de 31 de Julho de 2009 foram capitalizados, crescendo 66.418,53 Euros, portanto, ao montante em dívida nessa data. Assim, o valor dos suprimientos e dos juros capitalizados ascende a um total de 566.418,53 Euros. O primeiro pagamento de juros remuneratórios venceu-se em 31 de Janeiro de 2014, tendo os subsequentes pagamentos lugar no último dia útil de cada um dos meses seguintes.

## Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de "Outros ativos financeiros" apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Não Corrente:</b>		
Fundo Capital Risco "ISTART - I"	90 880,06	91 463,66
	<b>90 880,06</b>	<b>91 463,66</b>

Estes ativos financeiros encontram-se mensurados ao justo valor. Conforme descrito na Nota 3, estes ativos são avaliados com uma periodicidade mínima semestral pelos métodos do justo valor ou do valor conservador. A avaliação dos ativos do capital de risco do Fundo não admitidos à negociação utiliza, nos 12 primeiros meses da data de aquisição do ativo, o método do justo valor. Decorrido esse período é aplicado o justo valor, obtido através de transacções materialmente relevantes, múltiplos de sociedades comparáveis ou calculado com base em informação disponível utilizando fluxos de caixa descontados. A avaliação dos valores admitidos à negociação (em mercado regulamentado ou não regulamentado) será efectuada com base no último preço, efectivo ou de referência, disponível na data em causa, contando que tal informação tenha sido emitida nos seis meses anteriores ao momento de avaliação. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foi registada uma redução do justo valor deste ativo financeiro no montante de 583,60 Euros.

A Empresa subscreveu, em 14 de Julho de 2011, 10.000.000 de unidades de participação de subcategoria A2, no valor de 100.000,00 Euros, e 5.000.000 de unidades de participação de subcategoria B2, no valor de 50.000,00 Euros. A quantia escriturada à data de 31 de Dezembro de 2013 correspondia a 64% do montante de unidades de participação subscritas da subcategoria A2 (64.000,00 Euros) e à totalidade das unidades de participação subscritas da subcategoria B2 (50.000,00 Euros). No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foram reembolsados 22.536,34 Euros de unidades subscritas neste fundo, não sendo possível, no entanto, determinar o tipo de unidades de participação a que o reembolso respeita.

## 11 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	75 010,85	1 212,33
Gastos de manutenção	205,25	1 029,15
Aluguer de equipamento	3 729,30	2 193,19
Outros gastos	1 946,23	1 980,82
	<b>80 891,63</b>	<b>6 415,49</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

18 / 26

## 12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### Capital social

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.350.000 acções com o valor nominal de 5 Euros, cada.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de Dezembro de 2015 a reserva legal ascendia a 2.011.302,50 Euros.

### Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	<u>Reserva legal</u>	<u>Reservas livres</u>	<u>Total reservas</u>
<b>Quantia em 01-01-2014</b>	<b>1 964 198,11</b>	<b>27 330 046,48</b>	<b>29 294 244,59</b>
Variações ocorridas no exercício de 2014	-	-	-
<b>Quantia em 31-12-2014</b>	<b>1 964 198,11</b>	<b>27 330 046,48</b>	<b>29 294 244,59</b>
Variações ocorridas no exercício de 2015	47 104,39	-	47 104,39
<b>Quantia em 31-12-2015</b>	<b>2 011 302,50</b>	<b>27 330 046,48</b>	<b>29 341 348,98</b>

### Distribuições

Relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o Conselho de Administração propôs a não distribuição de dividendos, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 12 de Junho de 2015. A mesma deliberação aplica-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

## 13 PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

	<u>2015</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Saldo final</u>
Processos judiciais	225 611,13	-	(38 198,63)	(187 412,50)	-
Outras provisões	3 059 170,66	-	(106 603,25)	(2 893 396,75)	59 170,66
	<b>3 284 781,79</b>	-	<b>(144 801,88)</b>	<b>(3 080 809,25)</b>	<b>59 170,66</b>

	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais	225.611,13	-	-	-	225.611,13
Outras provisões	3.059.170,66	-	-	-	3.059.170,66
	<b>3.284.781,79</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.284.781,79</b>

Os montantes escriturados nas reversões e utilizações de provisões para processos judiciais em curso referem-se, respetivamente, ao montante do IVA regularizado a favor da Empresa e ao montante incobrável à empresa CHSV – Dasein. Por seu lado, as reversões e utilizações das outras provisões referem-se integralmente à doação da residência de estudantes ao Instituto Superior Técnico.

### Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2015 a Empresa tinha os seguintes passivos contingentes:

- 46.828,00 Euros referentes a processos de IVA de Janeiro de 1996 a Agosto de 1997, com os números 3654200101021320 e 3654200101021850, que se encontram em contencioso judicial, tendo a impugnação sido entregue em Março de 2008, e sobre os quais foi prestada garantia bancária, a favor da Direcção Geral dos Impostos, no montante total de 61.362,76 Euros, correspondente ao valor da dívida exequenda, juros de mora até à data do pedido e custas;
- 204.337,47 Euros relativos a uma garantia bancária a favor da Câmara Municipal de Oeiras como garante da concretização das alterações da rede rodoviária, decorrentes da construção do Edifício Poente;
- 212.041,27 Euros, dos quais 175.000,00 Euros encontram-se provisionados numa rubrica de outras contas a pagar, relativos a processos em disputa entre a Empresa e prestadores de serviços.

## 14 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Fornecedores:</b>		
Fornecedores C/C	574 233,03	536 375,61
	<b>574 233,03</b>	<b>536 375,61</b>
<b>Outros passivos financeiros:</b>		
Outras contas a pagar	1 428 091,79	1 965 213,32
	<b>1 428 091,79</b>	<b>1 965 213,32</b>
	<b>2 002 324,82</b>	<b>2 501 588,93</b>

FS  
  
 20 / 26

## Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a Empresa tinha contratualizados os seguintes financiamentos relativos à construção da Residência de Estudantes e do Edifício Poente:

	2015					
	Montante utilizado					
	Limite	Corrente	Não corrente	Vencimento	Taxa de juro	Tipo de amortização
Instituições financeiras:						
Empréstimos bancários:						
Banco Santander Totta, S.A.	4 790 228,20	835 500,00	3 954 728,20	Junho 2021	Euribor a 3 meses + 1,75%	Trimestral
	4 790 228,20	835 500,00	3 954 728,20			

	2014			Vencimento	Taxa de juro	Tipo de amortização
	Montante utilizado					
	Limite	Corrente	Não corrente			
Instituições financeiras:						
Empréstimos bancários:						
Banco Santander Totta, S.A.	5.612.211,43	835.500,00	4.776.711,43	Junho 2021	Euribor a 3 meses + 1,75%	Trimestral
	5.612.211,43	835.500,00	4.776.711,43			

Os contratos de financiamento com maturidades a médio e longo prazo (não-correntes) foram celebrados em 2012, não obstante da sua utilização (e consequente expressão de responsabilidades financeiras nos resultados e no balanço da Empresa) apenas ter ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

## 15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Outras contas a pagar</b>		
Créditos de Clientes	2 357,59	3 830,22
Fornecedores de Investimentos	46 974,86	270 291,41
<b>Acréscimos de Gastos</b>		
Gastos com o pessoal	100 081,89	163 237,99
Impostos e taxas	348 683,83	333 586,33
Ações de promoção	254 094,73	241 791,03
Conservação e reparação	78 979,82	132 825,11
Trabalhos especializados	17 647,51	50 767,46
Juros de financiamento obtido	8 656,07	11 045,57
Energia, fluidos e comunicação	85 882,97	105 467,65
Aluguer de Viaturas	-	1 200,01
Outros acréscimos de gastos	-	-
Outros Credores	484 694,12	651 132,14
Credores p/ Subs. não Liberadas	38,40	38,40
	<u>1 428 091,79</u>	<u>1 965 213,32</u>



## 16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2015		2014	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1 010 582,48	-	826 083,16	-
Pagamentos por conta	24 084,41	-	17 587,61	-
Estimativa de imposto	(15 868,14)	-	(17 135,76)	-
Retenção na Fonte	1 002 366,21	-	825 631,31	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	17 969,30	-	20 034,61
Imposto sobre o valor acrescentado	372 733,53	179 953,96	354 211,07	89 913,93
Contribuições para a Segurança Social	-	24 713,02	-	24 276,60
	<b>1 383 316,01</b>	<b>222 636,28</b>	<b>1 180 294,23</b>	<b>134 225,14</b>

## 17 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos", apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Utilização de espaços	82 178,95	70 991,72
Encargos Comuns	27 340,45	22 890,17
Rendas	274 953,90	323 667,58
Outros rendimentos facturados antecipadamente	10 218,39	8 088,11
	<b>394 691,69</b>	<b>425 637,58</b>

## 18 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Prestação de serviços	4 144 685,41	4 106 835,58
	<b>4 144 685,41</b>	<b>4 106 835,58</b>

## 19 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

*Handwritten signature and date:*  
22 / 26

	2015	2014
Trabalhos especializados		
Estudos e projectos	1 980,00	8 670,00
Advogados	7 498,76	36 690,18
Auditores	16 894,12	16 931,55
Outros trabalhos especializados	164 709,31	213 836,75
Publicidade e propaganda	12 303,64	13 000,00
Vigilância e segurança	335 962,44	377 397,64
Honorários	483,22	6 295,84
Conservação e reparação		
Arranjos interiores e exteriores	76 228,91	75 750,54
Instalações eléctricas	98 903,18	99 396,70
Ar condicionado	183 524,87	172 999,52
Edifícios	267 630,81	173 977,51
Outros gastos de conservação e reparação	193 862,38	175 447,76
Serviços bancários	17 911,33	20 536,49
Outros serviços	4 731,12	4 102,52
Materiais	22 456,26	18 517,94
Energia e fluidos	1 019 586,67	1 017 996,08
Deslocações e estadas	6 533,75	2 543,20
Rendas e alugueres	56 378,73	50 028,33
Comunicação	23 563,65	32 755,50
Seguros	65 480,88	50 578,99
Contencioso e notariado	737,26	5 567,53
Despesas de representação	165,05	4 742,90
Limpeza, higiene e conforto	183 769,48	176 845,87
	<b>2 761 295,82</b>	<b>2 754 609,34</b>

## 20 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	112 579,21	166 468,22
Remunerações do pessoal	722 874,62	777 178,32
Indemnizações	9 847,43	-
Encargos sobre remunerações	221 622,07	232 142,89
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	3 817,83	13 004,10
Gastos de acção social	2 171,87	2 289,54
Outros	148,50	4 589,00
	<b>1 073 061,53</b>	<b>1 195 672,07</b>

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foram conforme se segue:



	2015	2014
Conselho de administração	106 785,21	154 063,73
Conselho fiscal	5 794,00	12 404,49
	<b>112 579,21</b>	<b>166 468,22</b>

## 21 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	2 131 734,26	2 135 710,68
Intangíveis (Nota 7)	35 782,23	27 426,13
	<b>2 167 516,49</b>	<b>2 163 136,81</b>

## 22 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares:		
Venda de água e energia	877 461,17	928 073,58
Encargos comuns	1 242 297,36	1 305 870,08
Aluguer de equipamento	19 638,75	11 597,75
Outros rendimentos suplementares	239 230,43	172 140,27
Inov.II-Incubadora	1 362,02	1 787,27
Rendimentos e ganhos em investimentos	14 428,79	741 852,81
Imputação de subsídios para investimento	276 386,34	296 207,31
Outros	4 059,57	47 357,64
	<b>2 674 864,43</b>	<b>3 504 886,71</b>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com activos:					
Infraestruturas	5 048 030,79	5 048 030,79	-	2 424,72	5 048 030,79
Núcleo Central	11 140 270,87	11 140 270,87	-	156 688,68	6 673 594,96
Incubadora de expansão	5 070 534,61	5 070 534,61	-	64 323,06	3 250 259,18
Furo de captação de água	105 560,98	105 560,98	-	-	105 560,98
Central técnica única	1 422 848,78	1 422 848,78	-	5 518,69	1 422 848,78
Edifício Fase IV	1 745 792,60	1 745 792,60	-	20 293,20	1 069 351,83
Ampliação Núcleo Central (IAPMEI)	500 000,00	500 000,00	-	27 137,99	271 379,91
	<b>25 033 038,63</b>	<b>25 033 038,63</b>	-	<b>276 386,34</b>	<b>17 841 026,43</b>

## 23 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Impostos	372 985,12	384 028,91
Correcções relativas a exercícios anteriores	5 712,60	-
Dívidas incobráveis	193,32	39 964,93
Quotizações	5 300,00	5 300,00
Outros	2 944,17	13 051,75
Juros compensatórios de natureza contratual	12 303,70	14 530,24
	<b>399 438,91</b>	<b>456 875,83</b>

## 24 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
<b>Juros suportados</b>		
Financiamentos bancários	91 911,99	339 490,49
	<b>91 911,99</b>	<b>339 490,49</b>
	2015	2014
<b>Juros obtidos</b>		
Depósitos em instituições de crédito	2 046,24	11 998,99
Financiam. concedidos a assoc. e entidades conj. controladas	22 878,71	25 668,49
	<b>24 924,95</b>	<b>37 667,48</b>

## 25 PARTES RELACIONADAS

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 10% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2015:

Entidade	%	Montante
CMO - Câmara Municipal de Oeiras	19,16	4.167.300,00
IST - Instituto Superior Técnico	12,64	2.749.200,00
Banco BPI	10,03	2.181.525,00
CGD - Caixa Geral de Depósitos	10,00	2.175.000,00
BCP - Banco Comercial Português	10,00	2.175.000,00

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não foram efetuadas quaisquer transações com partes relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2015							
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-
Associadas	767.315,35	-	-	767.315,35	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-
	<u>767.315,35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>767.315,35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2014							
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-
Associadas	755.977,62	-	-	755.977,62	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-
	<u>755.977,62</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>755.977,62</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## 26 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

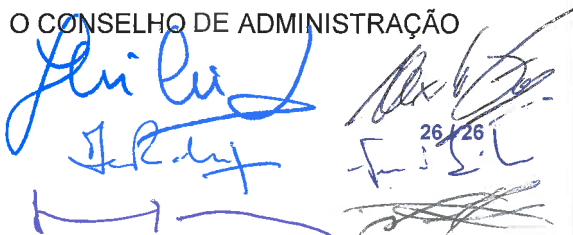
Os honorários totais facturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 16.368 Euros (igual montante em 2014).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 não foram prestados outros trabalhos de consultoria, relacionados com auditorias intercalares, à semelhança do exercício anterior.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **"TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A."**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 67.278.222 euros e um total de capital próprio de 56.334.369 euros, incluindo um resultado líquido de 102.829 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; bem como
  - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

.../...



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **"TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A."**, em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 07 de março de 2016

José Maria Ribeiro da Cunha

*Em representação de:*

**"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"**

**RELATÓRIO E PARECER**  
**DO**  
**CONSELHO FISCAL**

Exmos. Senhores Accionistas,

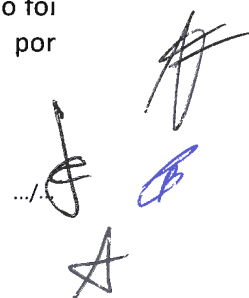
- 1 - Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal da **"TAGUSPARK - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, SA"** examinou o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as respectivas Notas Anexas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, e consequentemente vem submeter à vossa apreciação o seu Relatório e Parecer.
- 2 - No ano anterior efectuámos, também, a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório e parecer.
- 3 - No decorrer do ano económico acompanhámos, com assiduidade, o desenvolvimento da actividade da empresa e a sua gestão, tendo recebido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.
- 4 - Cumpre-nos informar que as demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com o normativo contabilístico consignado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicando as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).
- 5 - Durante o exercício em apreço verificámos com regularidade os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.
- 6 - Efectuámos exames necessários ao controle dos valores patrimoniais, através de procedimentos de revisão de contas geralmente aceites como adequados.
- 7 - Os critérios valorimétricos adoptados nas operações patrimoniais vêm sendo aplicados de um modo consistente e uniforme em exercícios sucessivos e, concretamente:

a) Activos Fixos Tangíveis

Custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações têm sido calculadas segundo o método das quotas constantes e de acordo com os limites fiscais.

O justo valor dos activos fixos tangíveis ascende a 118 milhões de euros e, que não foi escriturado, foi determinado através de avaliações parcelares efectuadas por entidades especializadas independentes durante o exercício.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large signature, a blue signature, and a star-like mark.

b) Participações Financeiras

Na rubrica “participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas”, os investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, conforme normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF n.º 13).

c) Impostos Diferidos

Referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Fizemos uma revisão dos activos por impostos diferidos em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Verificámos que estão correctos os registos contabilísticos dos depósitos bancários à ordem e a prazo imediatamente mobilizáveis.

e) Ajustamentos, Provisões e Imparidades

e.1. De acordo com uma análise rigorosa efetuada às contas a receber de clientes, confirmámos o correto registo dos movimentos relacionados com imparidades de dívidas a receber. Tendo como referência o ano anterior, verificámos um reforço das imparidades no valor de 47.073 euros e, em contrapartida, uma reversão de imparidades anteriormente registadas no valor de 66.245 euros. Em termos líquidos, a empresa registou durante o exercício de 2015 um ganho no valor de 19.172 Euros.

e.2. A Taguspark em anos anteriores registou, correctamente, uma provisão para outros riscos e encargos, no montante de 3.000.000 euros, relativa ao compromisso de construção de uma residência de estudantes no Lote 31, cujo valor total foi de 2.893.397€.  
Em 2015 foi feita a doação desta residência ao Instituto Superior Técnico, apurando-se um excesso de 106.603 euros, que foi considerado rendimento em 2015.

- 8 - O Conselho Fiscal tomou conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida, nos termos da legislação em vigor, pelo vogal que exerce funções na qualidade de Revisor Oficial de Contas, documento este que mereceu a nossa concordância.
- 9 - O Relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.
- 10 - Em nossa opinião, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as respectivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2015.






11 - Com base no relatório exposto, somos de parecer:

- 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as contas, tal como são apresentadas, referentes ao exercício de 2015;
- 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do período;
- 3º - Que seja aprovado um voto de confiança e apreço ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficiente como geriu os negócios da sociedade Taguspark.

Lisboa, 07 de março de 2016

O CONSELHO FISCAL



PRESIDENTE: Artur Luna Pais



Renato Pereira



José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas"